

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE  
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e oito, às 14h 35min no Auditório do Memorial da Água, ocorreu a 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 16ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação do Voto do Relator e votação do processo nº 319212/2008; Apreciação do Voto do Relator e votação do processo nº 117859/2005; Aprovação da Resolução nº 20 que trata da alteração do §1º do Art. 6º da Resolução nº 12 de 06 de junho de 2007; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Senhor Leandro Maraschin, Superintendente de Recursos Hídricos e Secretário Executivo do CEHIDRO em substituição, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Valquim Félix da Silva, representante da SEDER; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da SES; Sr. José do Carmo Ferraz filho, representante da SICME; Sr. Alexandre Silveira, representante da UFMT; Sra. Cínthia Barroca de Castro, representante do IBAMA; Sra. Eliana Beatriz Nunes Rondon, representante da ABES; Sra. Ildisneya Velasco Dambros, representante da SANECAP; Décio Elói Siebert, representante do IPAC; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante do INSTITUTO CREATIO; Sra. Josita Correto da Rocha Priante, representante do COORIMBATÁ; Sr. Eloy Antônio Brandão, representante da ARPCA. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando aos conselheiros que estaria substituindo o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli pois o mesmo viajou para participar do Fórum Nacional de Órgãos Gestores. Em seguida, apresentou a pauta da reunião para os conselheiros e colocou em votação a Ata da 16ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo informou aos conselheiros que a Moção nº 06, que trata da proibição da captação de água na Lagoa Paiaguas, foi encaminhada ao Secretario de Estado do Meio Ambiente e o mesmo solicitou que fosse feito um estudo antes de tomar as providencias devidas. Complementou falando que o estudo esta sendo realizado pela Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais em conjunto com a SURH e encontra-se em fase de finalização. O conselheiro Alexandre Silveira questionou quem esta realizando o estudo, sendo respondido pelo Secretário Executivo que o Sr. Claudio Barreto é o técnico responsável pela realização do estudo. Em seguida o Secretario Executivo informou aos conselheiros que ainda resta uma vaga reservada para conselheiros para participar do Fórum Nacional de Comitês de Bacia,

35 destacando que o evento se realizará no Rio de Janeiro, de 10 a 14 de novembro.  
36 Complementou ainda que a SEMA disponibilizará um ônibus para o deslocamento até o  
37 evento, mas que as demais despesas deverão ser cobertas pelo conselheiro e os  
38 interessados terão até o dia 09 de outubro para se manifestar por e-mail. Informou aos  
39 conselheiros que esta ocorrendo em Curitiba o Fórum Nacional de Órgãos Gestores, no  
40 qual o Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli esta participando como representante da  
41 SEMA. Em seguida lembrou aos conselheiros que o 8º Seminário Estadual de Recursos  
42 Hídricos ocorrerá entre os dias 15 e 17 de outubro no Hotel fazenda Mato Grosso,  
43 destacando que a abertura será no dia 15 às 19h. A conselheira Eliana Rondon  
44 questionou se tem algum posicionamento em relação a Moção nº 05 e a solicitação da  
45 SANECAP, sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que a Moção nº 05 foi  
46 encaminhada ao Secretario e o mesmo encaminhou-a a SUIMIS e solicitação foi  
47 encaminhada ao Secretario, mas ainda não se obteve resposta. A conselheira Eliana  
48 Rondon colocou aos conselheiros que a multa a que se referia a reportagem foi entregue  
49 a SANECAP no dia 17, sendo que a reportagem foi publicada no dia 11. O Secretario  
50 Executivo colocou aos conselheiros que o próximo ponto da pauta era a apreciação do  
51 voto da conselheira Josita Priante, relatora do processo nº 319212/2008, e passou a  
52 palavra à mesma. A conselheira iniciou sua explanação colocando aos conselheiros que é  
53 a primeira vez que analisa um processo, pedindo compreensão dos demais conselheiros.  
54 Colocou aos conselheiros que seu voto foi contrário ao cadastro de irrigação da  
55 propriedade Sítio São José, localizada na zona rural de Juína, destacando que a captação  
56 solicitada é de 35%, estando acima do limite individual permitido de captação superficial.  
57 Complementou colocando que a solicitação era para realizar a captação nos meses de  
58 julho e agosto, como não tinha solicitação de outorga no processo e o prazo de captação  
59 solicitado já havia passado, sugeriu que fosse feita a solicitação de outorga, pois há  
60 tempo hábil para sua emissão até o próximo ano. Colocou ainda aos conselheiros que o  
61 processo se referia a irrigação de 3,80 hectares de cafeicultura e que foi feita apenas uma  
62 medição de vazão no local, realizada no dia 10 de junho de 2008 pelo método do tambor.  
63 Informou aos conselheiros que durante a análise do processo solicitou a SEMA uma  
64 medição da vazão de referencia do local, de forma a analisar com maior segurança.  
65 Destacou ainda que a legislação citada no relatório técnico era a Resolução nº 03, a qual  
66 trata do regimento interno do CEHIDRO e que consultando as Resoluções verificou que a  
67 que trata de captação superficial é a Resolução nº 12, a qual define como limite máximo  
68 de captação individual 20% da vazão, e devido a solicitação ser de 31%, seu voto foi

69 contrário. A Secretária do CEHIDRO colocou então aos conselheiros que se seguia uma  
70 numeração de resoluções desde a criação do CEHIDRO, em 2003, entretanto, quando  
71 ocorreu a substituição do Decreto nº3.952/2002 e pelo Decreto nº 6.822/2005, que  
72 atualmente regulamenta o CEHIDRO, essa numeração foi zerada, o que ocasionou a  
73 existência de Resoluções com a mesma numeração, destacando que no caso, a  
74 Resolução nº 03 citada no relatório é publicada em 2003, enquanto a que trata do  
75 Regimento Interno é de 2006. A sra. Arianne Rodrigues, Analista de Meio Ambiente da  
76 SEMA, colocando aos conselheiros que foi a técnica responsável pela análise do  
77 processo e informou aos conselheiros que mesmo o limite de captação individual sendo  
78 20% da vazão de referencia, o CEHIDRO pode liberar uma captação superior, se  
79 considerar adequado. Colocou ainda que a Resolução nº 03 foi citada porque a mesma  
80 ainda estava em vigor quando o relatório foi confeccionado, mas que o mesmo teve uma  
81 vigência curta uma vez que o relatório foi feito no dia 24 de junho e a Resolução revogada  
82 no dia 30 de junho. Ponderou também que no processo consta apenas uma medição  
83 pontual, entretanto quando se utilizou a regionalização para calcular a vazão no ponto,  
84 verificou-se que a vazão solicitada corresponde apenas a 7% da vazão de referencia, que  
85 é a Q95. A conselheira Alessandra Panizi questionou o que é a Q95, sendo respondida  
86 pela Sra. Arianne Rodrigues que é vazão mínima que permanece por 95% do tempo num  
87 corpo hídrico. O conselheiro Alexandre Silveira questionou de quem é a obrigação de  
88 calcular a Q95, sendo respondido pela Secretaria do CEHIDRO que pela Resolução nº 03  
89 a medição de vazão deveria ser apresentada pelo empreendedor, mas pela Resolução nº  
90 12 é a SEMA que deve calcular a Q95. A conselheira Cíntia de Castro questionou a data  
91 de realização da medição de vazão, sendo respondida pela sra. Arianne Rodrigues que a  
92 mesma foi realizada no dia 10 de junho de 2008. A conselheira Alessandra Panizi colocou  
93 que a diferença da vazão apresentada é gritante e não é comum que a Q7,10 e a Q95  
94 sejam tão diferentes, sendo ponderado pela conselheira Cíntia de Castro que não foi  
95 feito cálculo da Q7,10 pelo empreendedor, e sim apresentada uma medição pontual, ao  
96 que a conselheira Alessandra Panizi complementou é que se análise com base em um  
97 dado errado, questionando aos conselheiros qual vazão deve ser usada. O conselheiro  
98 Alexandre Silveira respondeu que a vazão que deve ser usada é a apresentada pela  
99 SEMA, pois a mesma é baseada em uma série histórica enquanto a apresentada pelo  
100 empreendedor é uma vazão pontual apenas. O conselheiro Décio Siebert leu o artigo 6º  
101 da Resolução nº 03, que coloca que a Fundação Estadual do Meio Ambiente, atual  
102 SEMA, proporá as vazões de referência a serem utilizadas, para cálculo das

103 disponibilidades hídricas em cada local de interesse, de acordo com o Plano Estadual de  
104 Recursos Hídricos e com os Planos Diretores de Recursos Hídricos de cada Bacia  
105 Hidrográfica. Ponderou que a vazão apresentada pelo empreendedor foi definida de modo  
106 empírico e que a mesma não tem nenhuma relação com a Q95, sendo complementado  
107 pelo conselheiro Alexandre Silveira que este é apenas um dado pontual, e deve ser  
108 levada em consideração o dado oficial apresentado pela SEMA. A sra. Ariane Rodrigues  
109 colocou que este dado foi calculado através da Regionalização, destacando que o mesmo  
110 ainda não tinha sido implementado quando o parecer foi feito. A conselheira Alessandra  
111 Panizi questionou se no cadastro técnico é exigido que seja apresentada a vazão, sendo  
112 respondido pela sra. Ariane Rodrigues que é necessário apresentar somente a vazão  
113 solicitada, já que o calculo da Q95 e feito pela SEMA, destacando que segundo este  
114 calculo o empreendedor solicitou somente 7% da Q95. A conselheira Alessandra Panizi  
115 ponderou que o dado apresentado pela Sra. Ariane Rodrigues é que deve ser  
116 considerado, colocando ainda que devem ser colocados para fazer primeiramente a  
117 análise de processos conselheiros que tenham conhecimento do assunto, pois fica mais  
118 fácil para os seguintes pois podem se basear nas análises destes, sendo ponderado pela  
119 Secretaria do CEHIDRO que a ordem de análise dos processos foi feita por sorteio, e por  
120 se tratar de um Conselho, não se pode exigir que as pessoas que atuam no mesmo sejam  
121 da área somente. A conselheira Telma Monteiro colocou que gostaria de poder contar  
122 com o apoio dos conselheiros que tem maior conhecimento quando for a relatora de um  
123 processo. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que se deve confiar no parecer  
124 apresentado pela SEMA, principalmente no cálculos apresentados, para elaboração do  
125 voto. O conselheiro Alexandre Silveira solicitou que nos próximos processos se tenha a  
126 análise do balanço hídrico da bacia, bem como a Q95, para que os conselheiros possam  
127 analisar e dar um parecer de forma mais embasada, ao que a Secretaria do CEHIDRO  
128 ponderou que o processo que encontra-se em discussão é um processo de licenciamento  
129 de irrigação, não fazendo parte do mesmo esta análise, mas que nos processos de  
130 outorga a mesma já será apresentada. O conselheiro Alexandre Silveira sugeriu que o  
131 processo seja encaminhado de volta ao empreendedor para que o mesmo solicite a  
132 outorga, ao que a conselheira Josita Priante colocou que este foi o seu voto como  
133 relatora, sendo ponderado pela conselheira Alessandra Panizi que muitas vezes estes  
134 empreendedores têm a necessidade de financiamentos, e solicitar que ele entre com o  
135 pedido de outorga pode inviabilizar que o mesmo peça o financiamento no prazo  
136 necessário, e que devido a este fato poderia ser liberado o cadastro, uma vez que se

137 sabe que a solicitação dele utiliza apenas 7% da Q95. A conselheira Telma Monteiro  
138 questionou qual o tempo de validade de um cadastro, sendo respondida pela sra. Arianne  
139 Rodrigues que acredita que o mesmo seja de cinco anos, porém não tem certeza. A  
140 conselheira Telma Monteiro questionou então qual o prazo para a emissão da outorga,  
141 sendo respondida pela Secretaria do CEHIDRO que pela legislação federal o  
142 empreendedor tem que entrar com o pedido de renovação 120 dias antes do vencimento  
143 da licença, complementando que pelo Decreto 336/2007, que regulamenta a outorga no  
144 Estado, após a publicação da solicitação, que é feito pela SEMA, esta tem um prazo de  
145 120 para a negativa ou emissão da outorga, destacando que estes prazos tem sido  
146 cumpridos pela Gerencia de Outorga. O Secretario Executivo questionou a conselheira  
147 Josita Priante se ela gostaria de alterar o voto ou se poderia ser colocado em votação. A  
148 conselheira Josita Priante colocou que poderia analisar de novo o processo e voltar a se  
149 discutir na próxima reunião, ao que o conselheiro Décio Siebert ponderou que poderíamos  
150 decidir já, com base nos dados apresentados. A conselheira Alessandra Panizi informou  
151 que no CONSEMA o voto pode ser alterado se o relator assim desejar, colocando ainda  
152 que poderia ser colocado como condicionante a solicitação da outorga. A Secretaria do  
153 CEHIDRO sugeriu que por questão de praticidade o voto da relatora fosse mantido da  
154 forma como esta e os conselheiros que fossem favoráveis a autorizar que seja feito o  
155 cadastro, votem contra a o voto da relatora. O Secretario Executivo pôs em votação e  
156 votaram contra o voto da relatora todas as entidades presentes: ARPCA, IBAMA, Instituto  
157 CREATIO, IPAC, SEDER, SES, SICME e UFMT. O conselheiro Alexandre Silveira  
158 questionou se na Resolução nº 19, que trata dos procedimentos para análises de  
159 processos pelo CEHIDRO, existe algum mecanismo que impeça que um conselheiro seja  
160 relator de um processo relacionado a sua entidade, sendo respondido pela Secretária do  
161 CEHIDRO negativamente. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que no CONSEMA  
162 esta análise é feita pela Secretaria Executiva, uma vez que eles que fazem a distribuição  
163 dos processos e que o mesmo pode ser feito no CEHIDRO. O Secretario Executivo  
164 passou então ao próximo ponto da pauta, informando aos conselheiros que era a  
165 apreciação do voto do conselheiro Decio Siebert, relator do processo nº 29675/2006, e  
166 passou a palavra ao mesmo. O conselheiro Décio Siebert colocou aos conselheiros que o  
167 processo trata de uma solicitação de dispensa de EIA/RIMA para instalação de seis  
168 equipamentos de irrigação tipo pivot com área de 904,12 hectares, destacando que a  
169 captação é feita no Córrego Cachoeira Vermelha e neste mesmo córrego se tem a MCH  
170 Cachoeira Vermelha, cujo barramento encontra-se de acordo com as normas legais

171 vigentes e seu reservatório apresenta um volume de 593.218,43 m³. Informou ainda que  
172 foram apresentadas oito medições de vazão no manancial, nenhuma delas feita no  
173 período crítico, sendo impossível saber a vazão mínima, e que a vazão de captação  
174 solicitada é de 1,022 m³/s, durante um período de 14h, dia sim, dia não. Ponderou que  
175 das cinco vazões apresentadas, três foram realizadas a montante da barragem e em uma  
176 delas a vazão é de 0,948 m³/s, caso em que o empreendimento estaria captando vazão  
177 superior a vazão de contribuição à represa. Destacou ainda que o a área encontra-se  
178 antropizada e que existe uma Comunicação Interna da SUAIA a qual afirma que não há  
179 necessidade de apresentação de EIA/RIMA, mas apresentando um série de  
180 condicionantes. Citou ainda que na Resolução CONAMA n° 284, de 30 de agosto de  
181 2001, que dispõe sobre licenciamento de empreendimentos de irrigação, para se fazer o  
182 requerimento da licença prévia, serão solicitados os estudos de viabilidade ambiental,  
183 inclusive o EIA/RIMA, quando couber, ponderando que não seria o caso, por ser uma  
184 área antropizada e o empreendimento já estar instalado. Em seguida, apresentou aos  
185 conselheiros quadros onde calculou, para cada vazão a montante apresentada, quantos  
186 m³ poderiam ser retirados, destacando que nos três casos se tem um déficit diário de  
187 captação e que poderia ser considerado o volume da represa de forma a suprir a  
188 demanda, entretanto na mesma só o faria durante 69 dias no máximo. Concluiu sua  
189 explanação afirmando que é favorável a dispensa do EIA/RIMA mas é contrário à  
190 liberação da Licença de Instalação do projeto de irrigação, por não se ter a vazão no  
191 período crítico, complementando que solicitou este dado no seu voto. O conselheiro  
192 Alexandre Silveira ponderou que realmente o dado relevante para os cálculos é a vazão a  
193 montante, entretanto questionou porque uma dispensa de EIA/RIMA foi enviada ao  
194 CEHIDRO, sendo respondido pela Secretária do CEHIDRO que o CONSEMA passou a  
195 competência da análise de solicitações de dispensa de EIA/RIMA para projetos de  
196 irrigação para o CEHIDRO. O conselheiro Alexandre Silveira colocou então que não é  
197 possível se dar um parecer de outorga de captação sem ter a disponibilidade hídrica,  
198 sendo ponderado pela Secretaria do CEHIDRO que o processo não é referente a uma  
199 solicitação de outorga, e sim um processo de licenciamento de irrigação, destacando que  
200 não é obrigatória a solicitação de outorga no caso deste empreendimento devido ao  
201 mesmo não se encontrar na Bacia do rio São Lourenço, ou unidade de planejamento e  
202 gerenciamento P5. O conselheiro Alexandre Silveira solicitou então ao conselheiro Décio  
203 Siebert que explicasse melhor seu embasamento para não solicitar o EIA/RIMA, o qual  
204 respondeu que não considerou necessária a exigência do mesmo pois a área é

205 antropizada e o intuito de se fazer o EIA/RIMA é analisar o impacto do empreendimento  
206 antes do mesmo ser instalado, o que não é o caso. O conselheiro Alexandre Silveira  
207 ponderou então que o empreendedor está solicitando água para a irrigação, mas não terá  
208 vazão suficiente para a geração de energia, o que foi confirmado pelo conselheiro Décio  
209 Siebert. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que a colocação do conselheiro Décio  
210 Siebert de dispensar o EIA/RIMA está correta, mas sugeriu que poderia ser solicitado  
211 outro estudo ambiental, como um diagnostico, sendo respondida pelo conselheiro Décio  
212 Siebert que no processo já existem os estudos solicitados pela Coordenadoria de Infra-  
213 Estrutura da SEMA, os quais considerou suficientes, assim como a SUAIA. O conselheiro  
214 Alexandre Silveira colocou que tem receio de dispensar o EIA/RIMA, pois não tem certeza  
215 sobre a não existência do dano, sendo colocado pelo conselheiro Décio Siebert que  
216 devido a isto o seu voto trata de dois pontos distintos, dispensando o EIA/RIMA mas  
217 sendo contrário a liberação da Licença de Instalação da forma como esta no processo. O  
218 conselheiro Alexandre Silveira colocou que poderia ser colocado como condicionante a  
219 liberação da Licença de Instalação a recuperação de áreas degradadas, ao que o  
220 conselheiro Décio Siebert respondeu que no processo já existe um Plano de Recuperação  
221 de Áreas Degradadas. O conselheiro Alexandre Silveira sugeriu então que fosse colocado  
222 como condicionante a liberação da Licença de Instalação a obtenção da outorga. A sra.  
223 Ariane Rodrigues colocou aos conselheiros que são duas vazões de montante no caso  
224 deste processo, de dois braços distintos, as quais devem ser somadas. Colocou ainda  
225 que no parecer foi colocado que a Licença de Instalação deveria ser liberada tendo como  
226 condicionante a obtenção da outorga. O conselheiro Décio Siebert, como relator, alterou o  
227 seu voto, colocando-se favorável à liberação da Licença de Instalação com a  
228 condicionante de obtenção da outorga de direito de uso da água. O Secretário Executivo  
229 colocou em votação e acolheram o voto do relator todas as entidades presentes: ARPCA,  
230 Coorimbatá, IBAMA, Instituto CREATIO, SEDER, SES, SICME e UFMT. Dando  
231 continuidade á pauta, o Secretário Executivo colocou em apreciação a minuta da  
232 Resolução n° 20, que altera os parágrafos 1° e 2° do artigo 6° da resolução n° 12 de 12  
233 de junho de 2007, destacando aos conselheiros que a Resolução n° 12 trata da outorga  
234 de direito de uso da água. A Secretária do CEHIDRO colocou aos conselheiros que esta  
235 Resolução foi redigida segundo as alterações discutidas na ultima reunião do Conselho,  
236 alterando o volume máximo de captação de litros por dia para litros mensais, através da  
237 multiplicação do valor diário máximo de captação por 30 dias. O conselheiro Alexandre  
238 Silveira sugeriu que fossem alterados nestes parágrafos também a porcentagem da vazão

239 de referencia considerada insignificante, passando a mesma de 0,15% para 0,05%, de  
240 forma a tirar a dubiedade de valores. Explicou aos conselheiros que o volume máximo de  
241 captação foi calculado com base em oito horas por dia, o que equivale a um teço do dia e  
242 que se dividindo por 3 a porcentagem se atingiria o mesmo valor final sem deixar o texto  
243 dúbio. A Secretaria do CEHIDRO ponderou que esta alteração poderia ser feita, mas que  
244 o ideal é que ela fosse feita quando estivessem presentes um maior numero de  
245 representantes, e sugeriu que este tópico fosse discutido na próxima reunião, o que foi  
246 aprovado por unanimidade. Com o encerramento da pauta prevista o Secretário Executivo  
247 abriu a palavra aos conselheiros e o conselheiro Décio Siebert colocou aos conselheiros  
248 que na Reserva do Cabaçal existe uma grande erosão a qual é causada devido à grande  
249 quantidade de água oriunda de uma estrada, destacando que anteriormente já apresentou  
250 ao CEHIDRO uma situação parecida, onde uma estrada aterrou duas cabeceiras.  
251 Ponderou que este é um tema do qual o CEHIDRO não pode se furtar, já que estes danos  
252 ocorrem devido a uma atuação equivocada do próprio Estado ate de forma a evitar danos  
253 futuros em locais onde o Estado está atuando, como nas cabeceiras do rio Manso e do rio  
254 Cuiabá. O Secretário Executivo colocou aos conselheiros que no Plano Estadual de  
255 Recursos Hídricos já está se discutindo com a SINFRA e outras Secretarias uma forma de  
256 se adequarem, justamente devido a esta preocupação. A conselheira Alessandra Panizi  
257 ponderou com os conselheiros que a análise dos processos é importante, mas que a  
258 pauta do CEHIDRO não pode se resumir a isto, destacando que o Conselho tem a função  
259 de normatizar e pode fazer uma resolução normatizando os licenciamentos ou ainda uma  
260 moção ao CONSEMA solicitando que seja feita uma câmara técnica conjunta destes  
261 Conselhos com esta finalidade, ponderando ainda que é necessário que as câmaras  
262 técnicas do CEHIDRO voltem a atuar. O conselheiro Décio Siebert colocou que outra  
263 situação preocupante no Estado é a grande quantidade de PCH, uma vez que os mesmos  
264 não pagam pela sua matéria prima, que é a água, destacando que o CEHIDRO deve  
265 encontrar uma forma de incentivar as PCHs para que as mesmas invistam em projetos de  
266 recuperação das bacias mas que não fosse um novo imposto ou taxa, ao que o  
267 conselheiro Alexandre Silveira complementou que um mecanismo interessante para isto e  
268 que até aceleraria a outorga é a instituição da cobrança. A conselheira Alessandra Panizi  
269 ponderou que nosso Estado tem uma grande quantidade de água e seria difícil instituí-la.  
270 Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e  
271 encerrou a reunião às 16h 39min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA

que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

---

**LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN**

Presidente do CEHIDRO

---

**LEANDRO MARASCHIN**

Secretário Executivo do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 07/11/2008.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*